



O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA EM MANACAPURU E COARI-AM: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Beatriz Valentim Xavier¹

Resumo

O intuito de destacar como é oferecida a educação nas escolas nas cidades de Manacapuru e Coari (AM) são as principais características que colaboram para a formação social desses lugares, posto que ajuda a mostrar as condições que são aplicadas enquanto a participação do governo, no sentido econômico e social nessas cidades. Introduzir a questão das rendas do petróleo serve para evidenciar pontos negativos e positivos que tendem a ajudar a construir o espaço dessas comunidades. O objetivo é identificar a participação das chamadas rendas do petróleo, em particular, dos *royalties* no orçamento público municipal tendo em vista a gestão municipal em serviços voltados à educação desses municípios.

Palavras-chave: Cidade, educação, finanças públicas.

Abstract

The intent of highlighting how school education is offered in Manacapuru and Coari cities, located in Amazonas state, are the main characteristics that contribute to the social formation of these places, since they help to show the conditions that are applied while the participation of the government, in the Economic and social sense in these cities. Introducing the issue of oil revenues serves to highlight the negative and positive points that tend to help build the space of these communities. The objective is to identify the participation of so-called oil revenues, in particular, royalties in the municipal public budget in view of municipal management in services aimed to the education of these municipalities.

Key-Words: City, education, public finance.

¹ Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Email: bia_valentim18@hotmail.com



Introdução

Pontos em destaque como a educação nas escolas, que são oferecidos nas cidades de Manacapuru e Coari, são as principais características que contribuíram para a formação social desses lugares, posto que ajuda a mostrar as condições que são aplicadas enquanto a participação do governo, no sentido econômico e social nessas cidades. Introduzir a questão das rendas do petróleo serve para evidenciar pontos negativos e positivos que tendem a ajudar ou não a construir o espaço dessas comunidades.

A importância de necessidades básicas como educação, saúde, infraestrutura urbana de transporte, comunicação, saneamento etc. é compartilhada entre estas duas cidades. As rendas do petróleo aparecem diante dessas demandas como alternativa de solução. Juntas ajudam a construir a formação social e profissional para os indivíduos que habitam estes locais.

Este trabalho tem como um dos objetivos principais discutir uma questão que se apresenta em escala nacional, uma vez que os repasses dos *royalties* para a educação no Brasil vem a ser assim especificado a partir de legislação de 2010 e 2013. A pesquisa vem tratar sobre a destinação dos 75% dos *royalties* previstos para serem destinados para a educação e 25% para a saúde. Isso se permitiu após a aprovação da lei nº 12.858/2013. Em relação ao Fundo Social do pré-sal, o texto da Lei 12.351/2010 prevê que 50% dos recursos sejam destinados para a educação, até que sejam atingidas as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Isso contrasta com os repasses para os municípios do Amazonas, destacando Manacapuru e Coari. Ou seja, paralelo a isso, os referidos municípios têm repasses diretos a título de *royalties*. No município de Coari, de acordo com o portal da Transparência, em 2013 foram repassados mais de 80 milhões de reais. Já em Manacapuru foram repassados mais de 400 milhões oriundos dos *royalties*.

1. O papel dos *royalties* em Coari e Manacapuru – AM.

Segundo os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis (ANP), os repasses de *royalties*² sobre a produção de petróleo e gás natural para o Amazonas e municípios que fazem parte do rateio diminuíram até 44% nos primeiros meses de 2015. Já Coari foi o orçamento que teve a maior queda. Coari, a 363 quilômetros a oeste de Manaus, é o município que recebe o maior volume em *royalties* no Amazonas e que apresentou a maior queda nos valores também, 44%. Em fevereiro do ano passado, o município recebeu R\$ 6,9 milhões, enquanto no mesmo mês desse ano foram repassados R\$ 3,8 milhões.

2 No Brasil são pagos ao governo, por exemplo, pela extração de recursos como carvão mineral, petróleo, gás natural e outros.

No acumulado dos dois primeiros meses de 2015, percebe-se que Coari arrecadou R\$ 8,7 milhões, R\$ 4,4 milhões a menos que no mesmo período de 2014. Entre as rendas do petróleo, tendo em destaque os municípios beneficiários de montantes dos royalties registrados pela ANP, observa-se uma concentração espacial da riqueza pública no interior das regiões petrolíferas. Dos 62 municípios do estado do Amazonas, somente 19 recebem repasses diretamente da ANP.

Duas leis revelam relativa atenção ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação. A primeira é a Lei Nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que “Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.” A segunda é a Lei Nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que “Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências.”

Segundo os dados da (ANP), os repasses de *royalties* sobre a produção de petróleo e gás natural para o Amazonas e municípios que fazem parte do rateio diminuíram até 44% nos primeiros meses de 2015. Já em Coari, foi o município que teve a maior queda. Coari, a 363 quilômetros a oeste de Manaus, é o município que recebe o maior volume em royalties no Amazonas e que apresentou a maior queda nos valores também, 44%. E segundo a própria ANP, a distribuição dos royalties considera os municípios atravessados ou às margens dos Rios Solimões e Amazonas, situados de modo a serem afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, no caso, a jusante das instalações fluviais de Coari e Manaus. (SANTANA, 2014).

Vejamos alguns dos repasses de royalties em 2010 para alguns municípios do Amazonas, segundo a ANP.

| | MUNICÍPIOS | VALOR |
|---|-------------------|---------------|
| | AMAZONAS TOTAL | 61.304.831,76 |
| 1 | COARI | 46.084.817,45 |
| 2 | MANAUS | 14.064.830,21 |
| 3 | TEFÉ | 153.704,41 |
| 4 | AUTAZES | 86.726,84 |
| 5 | CAREIRO DA VÁRZEA | 86.726,84 |

| | MUNICÍPIOS | VALOR |
|----|-------------|-----------|
| 6 | IRANDUBA | 86.726,84 |
| 7 | ITACOATIARA | 86.726,84 |
| 8 | ITAPIRANGA | 86.726,84 |
| 9 | PARINTINS | 86.726,84 |
| 10 | SILVES | 86.726,84 |
| 11 | URUCARÁ | 86.726,84 |
| 12 | URUCURITUBA | 86.726,84 |
| 13 | ANAMÃ | 31.562,59 |
| 14 | ANORI | 31.562,59 |
| 15 | BERURI | 31.562,59 |
| 16 | CAREIRO | 31.562,59 |
| 17 | CODAJÁS | 31.562,59 |
| 18 | MANACAPURU | 31.562,59 |
| 19 | MANAQUIRI | 31.562,59 |

Fonte: Repasses de Royalties para municípios do Amazonas, 2010. ANP.

O caso de Coari se sobressai devido ao maior montante recebido, além do peso (25,8%) que as rendas do petróleo representam frente à Receita Total, que em 2010 foi de R\$ 178.577.383,37, para uma população de 73.475 habitantes, uma receita per capita de R\$ 2.430,45. As finanças públicas municipais são impactadas pelos royalties. A participação dos royalties destaca-se frente às rendas do petróleo. Enquanto que Manacapuru mais uma vez recebeu menos que Coari em relação aos royalties.

2. Os Royalties no incentivo à educação

O artigo chamado “Rendas do Petróleo no Brasil: Alguns Aspectos Fiscais e Federativos” escrito por José Roberto Rodrigues e Afonso Sérgio Wulff Gobetti (2008), vem mostrar como os royalties são aplicados no Brasil. Nesse cenário, quando se abre um amplo debate sobre o rearranjo institucional dessa matéria, o artigo procura contribuir com alternativas para o novo rateio dos royalties (inclusive simulando os efeitos das eventuais alterações) e diretrizes gerais para uma nova institucionalidade fiscal e federativa. Um ponto de partida é examinar o destino já dado às presentes receitas e discutir os princípios que devem nortear as regras de distribuição e aplicação das rendas do petróleo.

Esse debate não pode girar apenas em torno do pretense direito natural (ou constitucional) de propriedade das distintas esferas de governo sobre as jazidas de petróleo, mas deve se pautar pelo princípio da justiça entre gerações proposto por Hartwick (1977). O ideal é que as decisões de políticas públicas em torno

da matéria tenham por objetivo básico proporcionar às gerações futuras uma compensação pela exploração presente de um recurso exaurível, o que pode ser feito sob diversas formas de poupança e investimento. (RODRIGUES e GOBETTI, 2008, p 233).

Este estudo toma como ponto de partida um diagnóstico sobre a forma como os *royalties* têm sido distribuídos e aplicados no Brasil. Indicadores apontam que a atual forma de rateio dos recursos não atende a qualquer objetivo de justiça intergeracional e gera um excesso de recursos em algumas unidades locais de governo, induzindo ao desperdício. Em 1969, quando foi descoberto petróleo em mar, o governo federal passou a se apropriar sozinho dos *royalties* referentes à extração na plataforma continental (mar). Assim, os *royalties* de terra ficavam com estados e municípios, e os de mar, somente com a União. Essa situação prolongou-se até o final de 1985, quando a Lei 7.453 criou uma regra de repartição dos *royalties* do mar com estados e municípios. A receita proveniente da alíquota básica de 5%, por exemplo, é dividida de uma forma diferente da receita da alíquota excedente, e essas diferenças se expressam não apenas na repartição entre as esferas de governo, como também entre os entes de uma mesma esfera.

Este contexto encontra na cidade um espaço para o debate, em especial, quando se investiga as políticas em prol do desenvolvimento social e urbano. Lefebvre em sua obra “O direito à cidade”, discursa acerca de uma espécie de reflexão histórica sobre a realidade urbana, afirmando que a mesma vem reconhecendo novas necessidades de investigação que dão abertura e redefinem um novo escopo ao que ele chama de “*Ciência da Cidade*”.

Uma ciência analítica da cidade, necessária, está hoje ainda em esboço. Conceitos e teorias, no começo de sua elaboração, só podem avançar com a realidade urbana em formação, com a práxis (prática social) da sociedade urbana. (LEFEBVRE, 1969).

É também abordado à necessidade da inserção de um suporte social e de forças políticas que impulsionem a ciência da cidade a uma atuação mais incisiva e direta. O autor sustenta a ideia de que a classe trabalhadora seria o “componente chave” no processo de transformação do espaço urbano, pois, conforme ele, a classe operária é a única capaz de por fim a uma segregação dirigida essencialmente contra o direito à cidade, defendido por Lefebvre, se confunde com o próprio direito à vida, e por isso mesmo independe de seu reconhecimento como membro “natural” ou não de certo espaço. O autor reivindica uma integral cidadania a todos os habitantes de uma determinada cidade, seja ela qual for sendo este reconhecimento formal ou não formal. Inseridos no Plano Brasil Sem Miséria está o universo do programa Bolsa Família.

Segundo o portal da Caixa Econômica Federal, o público alvo do Programa Bolsa Família e foi criado em 2003 é de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. O principal objetivo deste programa é ajudar famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza a garantirem o mínimo de direitos humanos. O valor deste benefício é de R\$ 77,00 mensais, independentemente da composição e do número de membros do grupo familiar, um ponto deste programa é combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional, promover o acesso à rede de serviços públicos como saúde, educação e assistência social. Algumas condições são impostas para as famílias que recebem este benefício, elas assumem o compromisso de manter todos os seus membros acompanhados pelas áreas da saúde e educação, tais compromissos são chamados de condicionalidades e fazem parte das regras para permanecer no Programa desenvolvido pelo governo federal.

Município – quantidade de beneficiados do Programa Bolsa Família³ em 2014.

Aqui podemos observar a quantidade de famílias que são beneficiados em Coari e Manacapuru. Em Coari são 10.024 beneficiados, já em Manacapuru são 10.793.

Entretanto, tendo como foco a industrialização, pode-se verificar a condição do desenvolvimento das políticas públicas, é possível por meio deste assunto, verificar também a condição da infraestrutura e desempenho de escolas brasileiras. Como consta na obra “Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas” do IPEA, publicada em 2010.

Pouco mais da metade dos alunos conclui o ensino fundamental. Apenas 43% de jovens entre 15 e 17 anos frequenta o ensino médio e outra parcela expressiva ainda permanece no ensino fundamental, agravando a defasagem escolar no último nível da educação básica”. (IPEA, 2010, p. 151).

TABELA -Quantidade de beneficiados do programa bolsa família - Coari e Manacapuru, Dez. 2014.

| Municípios | Quantidade de beneficiados |
|------------|----------------------------|
| Coari | 10.024 |
| Manacapuru | 10.793 |

FONTE: Caixa Econômica Federal. Arquivo de beneficiários de Dezembro de 2014. Disponível em: www.beneficiossociais.caixa.gov.br. Acesso em: 30/01/2015. Organização: SILVA, Milena e SANTANA, Paola. 2015

³ Analisar as políticas públicas educacionais é essencial para compreender como o setor educacional é aplicado no Brasil, tendo em vista que tanto as rendas do petróleo quanto o programa do Plano Brasil sem miséria está inserida no modo como são dados os orçamento municipais. Enfatizando a participação do governo municipal, estadual e federal nos serviços voltados à educação.

Segundo o IPEA, além da formação dos professores, a infraestrutura das escolas também precisa de reforço, para que possam melhorar o incentivo para que os jovens passem a frequentar escolas de qualidade, como a melhoria de prédios e instalações adequadas, existência de biblioteca escolar, espaços esportivos e laboratórios, acesso aos livros didáticos, materiais de leitura e pedagógicos, relação adequada entre número de alunos e professor na sala de aula e maior tempo efetivo de aula, essas implantações ajudariam no desempenho dos alunos. O que podemos entender sobre infraestrutura básica na escola, é a existência do fornecimento de energia elétrica, água e esgoto sanitário, bem como a existência de sanitário na escola. Mas segundo o IPEA, esse tipo de infraestrutura, não faz muito sentido nos países desenvolvidos, pois não é entendida como um fator relevante para se analisar a eficácia escolar.

No Brasil, tanto a produção de gás, quanto a de petróleo cresceram, apesar dos avanços no desenvolvimento, a educação mostrou-se bem lenta nesta situação. Exemplo disso, é que mostra o IDHM 2013 (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), apesar do progresso, o mesmo apontou o marcador de educação que ficou abaixo do de saúde (expectativa de vida) e o de renda, outros dois sub índices que compõem o indicador, compilado a partir de dados dos censos demográficos do IBGE de 2010. Compilados em 2014 e 2015, o IDHM⁴ divulgou as listas das vinte regiões metropolitanas do Brasil, sendo que a primeira colocada foi a Região Metropolitana de São Paulo com 0,794. As áreas foram analisadas pelo PNUD e de acordo com o IDHM quanto mais perto de 1 for a escala, melhor será o desempenho. Os dados são referentes ao Censo do IBGE de 2010. Manaus aparece em 19^o lugar, com 0,720. No caso dos IDH dos municípios de Coari e Manacapuru, os piores resultados são os de educação, quando comparado com o de longevidade e de renda ao longo dos anos de 1991, 2000 e 2010.

De acordo com o que consta nas primeiras metas do PNE, era a universalização até o ano de 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o

Tabela - Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991, 2000 e 2010 em sete Municípios do Amazonas

| Município | IDHM_Educação | | | IDHM_Longevidade | | | IDHM_Renda | | |
|------------|---------------|------|------|------------------|------|------|------------|------|------|
| | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 | 1991 | 2000 | 2010 |
| Coari | 0,11 | 0,17 | 0,43 | 0,62 | 0,70 | 0,78 | 0,47 | 0,48 | 0,61 |
| Manacapuru | 0,13 | 0,23 | 0,48 | 0,61 | 0,69 | 0,80 | 0,51 | 0,52 | 0,60 |

Fonte: PNUD. Atlas IDH-M Brasil. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas.org>. SANTANA, P. V.

⁴ Pode-se observar que dentre as três categorias apresentadas em Manacapuru e Coari, a que mais avançou nos anos de 1991, 2000 e 2010 foi a taxa de Longevidade.

final da vigência deste PNE; a realização de programas nacionais de construção e reestruturação de escolas, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil; articulando a oferta de matrículas gratuitas em creches; promovendo a formação iniciada e continuada dos profissionais da educação infantil; estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e entre várias outras metas colocadas neste plano.

A transformação de espaços urbanos destaca as relações entre Estado, empresas e cidades. Um dos principais elos está ligado aos recursos provenientes das chamadas rendas do petróleo e gás natural. O espaço urbano amazonense como debatido neste texto, estaria em sendo produzido sem que se construam cidades planejadas. (SANTANA, 2015).

Pelo trabalho de campo ⁵realizado em julho de 2016 Coari, foi constatado 15 bairros na zona urbana. Alguns destes bairros não contêm escolas municipais, esta-

Tabela - ¹Escolas por bairro da zona urbana de Coari – Org. XAVIER, Beatriz e SANTANA, Paola. Coari, 23.07.2016.

| Bairros zona urbana | Escolas Municipais | Escolas Estaduais | Creches |
|---------------------|--------------------|-------------------|---------|
| 1- Centro | 0 | 2 | 0 |
| 2- Taua Mirim | 0 | 1 | 0 |
| 3- Espírito Santo | 0 | 1 | 0 |
| 4- Urucu | 0 | 2 | 1 |
| 5- Nazaré Pinheiro | 0 | 0 | 0 |
| 6- Ciganópolis | 1 | 0 | 1 |
| 7- União | 1 | 0 | 0 |
| 8- Santa Efigênia | 0 | 1 | 0 |
| 9- Duque de Caxias | 0 | 2 | 0 |
| 10- Chagas Aguiar | 0 | 2 | 0 |
| 11- Santa Helena | 0 | 2 | 0 |
| 12- Grande Vitória | 0 | 0 | 0 |
| 13- Liberdade | 0 | 0 | 0 |
| 14- Pera | 3 | 0 | 0 |
| 15- Itamarati | 2 | 1 | 0 |

1 Tabela construída a partir de dados primários. (2016)

5 Foram cerca de quatro dias em campo, visto que nos deslocamos (eu e minha orientadora) de Manaus a Coari por cerca de um dia. Durante o trabalho fui à todos os bairros da zona urbana de Coari para me certificar a cerca da presença das escolas, analisando sua infraestrutura. Porém devido aos finais de semana, quando pude realizar o campo, não pude conversar com alunos ou responsáveis pelas instituições encontradas.

duais e creches, uns tem menos de 10 anos e ainda não estão registrados como bairro legalmente.

De acordo com o informante da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) que nos ajudou a encontrar todas as escolas da zona urbana, nos repassou que praticamente todas as escolas estaduais estão em reforma. Ao longo do trabalho em campo, encontramos pelo menos 3 creches com obras não terminadas. Foram constadas 21 escolas, incluindo municipais e estaduais, localizadas 2 creches e um Centro Educacional de Tempo Integral (CETI).

Durante o campo também podemos visitar a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), onde podemos ter acesso à muitas informações a respeito da situação da educação de Coari. Uma das questões feitas ao informante da SEMED⁶ foi a respeito do financiamento da educação. Segundo ele, a maioria do financiamento sai pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Sobre os recursos dos royalties, o informante nos esclareceu que não se podem repassar tais recursos para a educação municipal, somente para infraestruturas, como por exemplo, as bombas de água. Os recursos da educação são oriundos dos convênios compartilhados tanto municipal como federal, por exemplo, o transporte escolar (ônibus e lanchas), ar condicionado e outros.

O Plano Municipal de Educação aprovado por volta de 2015 tem como objetivo trazer e melhorar o setor educacional em Coari, citado pelo informante. Esse Plano é umas das principais maneiras de lutar para mais investimentos públicos para a educação no município, já que, apesar dos recursos que Coari tem, não se vê tanto investimento nas escolas. Ele citou outros fatores como as escolas de zona rural, que devido aos problemas da cheia e às vezes da seca, os alunos não frequentam a escola, outros já precisam se deslocar para a cidade para estudar. Por isso uma das metas construídas para que as aulas não sejam interditadas, são as escolas flutuantes nas zonas rurais.

Considerações Finais

Um dos principais objetivos neste trabalho foi de investigar a partilha das rendas do petróleo, iniciando pela compreensão de como a renda do petróleo é recebida por cada um dos orçamentos municipais referidos. Por outro lado interessou situar as condições da educação nos municípios de Coari e Manacapuru. O Programa Bolsa família que constitui incentivo ao setor educacional, sobre as condicionais das pelo governo às famílias em condições para participar do benefício, de forma que as crianças e os adolescentes precisam cumprir frequência na escolar. Para tanto, é essencial que o governo avalie seus índices escolares, enquanto desenvolvimento

⁶ Contatei apenas os serviços voltados para os investimentos municipais, apesar de também analisar as escolas estaduais, o foco central do trabalho é voltado para o orçamento municipal de Coari e Manacapuru.

do aluno dentro da escola e o valor pago às famílias vêm aí de alguma forma ajudar na formação dos jovens.

No que diz respeito aos serviços de educação nas cidades de Coari e Manacapuru, podemos afirmar que os números de estabelecimentos educacionais aparecem equilibrados. Mas já sabemos que Coari recebe bem mais do que Manacapuru a título de rendas do petróleo, que parte poderia ser investida em educação. No entanto, é possível perceber que tanto recurso foi repassado para esses municípios que se percebe a diferença encontrada na educação ou talvez pouco se tenha mudado no que se diz em relação as metas do PNE que no qual sua principal meta é a universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e a ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos.

Referências

- AFONSO, J. R. R., e GOBETTI, S. W. *Rendas do petróleo no Brasil: Alguns aspectos fiscais e federativos*. Revista do BNDES. Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 231-269, dez.2008.
- ALEAM. *Aprovada lei que destina 60% dos royalties do petróleo para a educação*. Manaus, dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.ale.am.gov.br/2014/12/18/aprovada-lei-que-destina-60-dos-royalties-do-petroleo-para-a-educacao/> Acesso em: 02/09/2015
- BRASIL. Caixa Econômica Federal. Arquivo de beneficiários de Dezembro de 2014. Disponível em: www.beneficiosociais.caixa.gov.br. Acesso em: 30/01/2015. Organização: SILVA, Milena e SANTANA, Paola. 2015
- BRASIL. Ipea. *Infraestrutura das Escolas Brasileiras e Desempenho Escolar*. Ipea. *Infraestrutura social e urbana no Brasil : subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas*. Brasília, 2010. pp. 151 a 193
- BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – Censo Educacional 2012. Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 23/ 05/ 2015.Org. SILVA, Milena e SANTANA, Paola.
- BRASIL. Portal Brasil, *Fazenda garante repasses para Bolsa Família*. Junho de 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/ministerio-da-fazenda-garante-repasses-para-bolsa-familia> Acesso em: 26/08/2015
- BRASIL. Portal da Transparência. *Despesas royalties 2013, Coari*. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaAcoes.asp?Exercicio=2013&SelecaoUF=1&SiglaUF=AM&CodMun=0225&Pagina=3> . Acesso em: 04/08/2015

- FILHO, Naercio Aquino Menezes. *A Evolução da Educação no Brasil e seu Impacto no Mercado de Trabalho*. Departamento de Economia Universidade de São Paulo. Março de 2001. Acesso em: 17/11/2014
- GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves e OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. *Royalties do petróleo e educação: análise da eficiência da alocação*. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1213.pdf Acesso em: 17/08/2015
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991.
- PEÑARANDA, Tayná Castro e MELO, Lucilene Ferreira de. *POR UMA ANÁLISE CRÍTICA: a educação no estado do Amazonas e o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010)*. Universidade Federal do Amazonas –UFAM. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/POR_UMA_ANALISE_CRITICA.pdf Acesso em: 31/08/2015
- SANTANA, Paola Verri de, VII Amazonas, Grandes Projetos e Recursos Naturais Congresso Brasileiro de geógrafos - 2014. p 3 a 11. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404142949_ARQUIVO_SANTANA,P.V.-AGB--2014-completofinal.pdf. Acesso em: 11/08/2015
- SANTANA, Paola Verri de. *As corporações e o espaço urbano amazonense*. SCHOR, Tatiana e SANTANA, Paola (orgs). Dinâmica urbana na Amazônia Brasileira. Manaus, 2015. Pp 13-39
- SOUZA, José dos Santos. *Trabalho, Educação e Política na Sociedade de classe*. SOUZA, José dos Santos. *Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil: Anos 90*. Capinas-SP, autores associados, 2002. pp.15-72

